

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.053 - RS (2019/0319420-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO LUÍS ZAMBENEDETTI - RS033714  
DÉBORA BERTELLI - RS038485  
**RECORRIDO** : SD DESIGN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI  
**RECORRIDO** : SADI CHIES  
**ADVOGADOS** : PATRÍCIA SALVATORI PEROTTONI - RS035832  
ADRIANA PIACENTINI MATTUELLA - RS062689

## **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. OMISSÃO/CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado (e-STJ, fls. 226-227):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. APLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

Aplicam-se as disposições do CDC aos negócios jurídicos bancários entabulados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços. Inteligência da Súmula 297 do STJ.

JUROS REMUNERATÓRIOS.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº 1.061.530/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos, sedimentou entendimento de que as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios ao patamar de 12% ao ano, sendo cabível a revisão da taxa contratada apenas em situações excepcionais, em que evidenciada a abusividade do encargo, utilizando-se a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central como parâmetro, levando-se em consideração a data da contratação e a natureza do crédito concedido.

Não constatada a alegada abusividade no Contrato de Abertura de Crédito - Conta Empresarial (cheque especial vinculado a conta nº 06.000123.0-6), porque os juros remuneratórios foram pactuados em percentual inferior à taxa média de mercado registrada pelo Banco

# *Superior Tribunal de Justiça*

Central, inviável a pretensão.

No Instrumento Particular de Confissão de Dívida nº 2014110530195501000002 (concessão de crédito PJ) e no Contrato de Abertura de Crédito - Desconto de Títulos nº 2013110500012700000005 (desconto de recebíveis), os juros remuneratórios foram pactuados acima da taxa média divulgada pelo Bacen, o que justifica a limitação do encargo.

Em relação ao Contrato de Abertura de Crédito Rotativo Banrisul Giro nº 2013110532100082000029 (capital de giro), não foi juntado documento contendo as taxas de juros contratadas, não sendo possível aferir a abusividade do encargo, pelo que impositiva se mostra a limitação dos juros remuneratórios à taxa média apurada pelo BACEN, mantendo-se a taxa contratada, caso inferior ao parâmetro supracitado. Inteligência da Súmula 530 do STJ.

## **CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS.**

É possível a incidência da capitalização de juros tão-somente nos contratos em que exista previsão de forma expressa, nos termos do entendimento consolidado pelo STJ, quando do julgamento do REsp 1.388.972/SC, submetido ao regime dos recursos repetitivos.

In casu, as cláusulas gerais dos contratos revisandos não comprovam a existência de previsão contratual expressa, sendo incabível permitira incidência do encargo.

## **COMISSÃO DE PERMANÊNCIA.**

Nos termos das Súmulas 294 e 296 do STJ, possível a cobrança de comissão de permanência, desde que expressamente pactuada, limitada a taxa dos juros contratuais da normalidade e não cumulada com os demais encargos de mora (juros de mora, multa e correção monetária).

Ausente comprovação de que o encargo tenha sido pactuado no Contrato de Abertura de Crédito para Desconto nº 2013110500012700000005, incabível a sua incidência.

No Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia de Fiança nº 2014110530195501000002, no Contrato de Abertura de Crédito Conta Corrente nº 06.000123.0-6, e no Contrato de Abertura de Crédito Rotativo Banrisul Giro nº 201311053210008200002, há previsão expressa da comissão de permanência, motivo pelo qual é permitida a cobrança do encargo, contudo limitada a taxa dos juros de normalidade e de forma não cumulada com os demais encargos de mora.

## **DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.**

Consoante entendimento consolidado no REsp nº 1.061.530/RS, submetido ao regime dos recursos repetitivos, o afastamento da mora ocorre apenas quando há cobrança de encargos abusivos durante o período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização de juros).

É a hipótese dos autos em que reconhecida a abusividade na cobrança dos juros remuneratórios e na capitalização.

**APELO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO.**

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, o insurgente alega ofensa aos arts. 85, § 2º, I a IV, 86, 1.022, I e II, do CPC/2015; e 5º da MP 2.170-36/2001.

Sustenta, em síntese: i) negativa de prestação jurisdicional; ii) que há expressa previsão legal e contratual para a capitalização mensal dos juros remuneratórios; iii) necessidade de readequação da verba sucumbencial.

Contrarrazões não apresentadas (e-STJ, fl. 300).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ, fls. 302-308).

Brevemente relatado, decido.

No que concerne à alegada omissão/contradição a respeito da existência de expressa contratação da capitalização mensal dos juros e violação ao art. 1.022 do CPC/2015, faz-se necessário transcrever o que ficou consignado no acórdão do Tribunal estadual sobre os temas (e-STJ, fls. 269-270):

Da mesma forma, registra-se que não há qualquer vício em relação ao tópico que versa acerca da capitalização de juros.

Isso porque constou de forma expressa no julgado que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial 1.388.972/SC, submetido ao regime dos recursos repetitivos, entendeu ser admissível a incidência da capitalização dos juros apenas quando houver previsão contratual expressa (fl. 201v.).

Ressaltou-se, também, que o julgamento supracitado acabou por afastar o entendimento até então utilizado, que admitia a contratação implícita da capitalização mensal de juros (taxa de juros anual superior ao duodécuplo da taxa mensal - 973827/RS), passando a admitir a incidência do encargo apenas quando houver expressa pactuação (fl. 202).

E, considerando que nos contratos *sub judice* não preveem a incidência de capitalização (fls. 124-8, 130-5, 138-43 e 146-8), vedou-se a incidência de juros capitalizados em qualquer periodicidade (fl. 202v.).

Contudo, por ocasião do julgamento do AREsp n. 1.516.913 - RS, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino esclareceu que o entendimento sedimentado no julgamento do recurso especial sob o rito do recurso repetitivo, REsp 1.388.972/SC (Tema 953 do STJ), não superou a tese firmada no REsp 973.827/RS. Apenas, reforçou o

# *Superior Tribunal de Justiça*

posicionamento anteriormente consolidado por esta Corte "no sentido de que é indispensável a expressa contratação da capitalização dos juros, independentemente da periodicidade discutida".

Assim, revela-se caracterizada a violação do art. 1.022 do CPC/2015, impondo-se a reforma ou complementação do acórdão recorrido para análise dos autos à luz da jurisprudência firmada no REsp 973.827/RS.

Diante do exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de, reconhecendo a violação do art. 1.022 do CPC/2015, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, para que julgue as questões suscitadas nos aclaratórios como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator